



PREFEITURA DE SOBRAL

Contrato nº 003/2026 - SEINFRA
Processo nº P374914/2025

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA
DA INFRAESTRUTURA - SEINFRA E A EMRESA J.V.
CONSULTORIAS LTDA LTDA, ABAIXO QUALIFICADOS,
PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.**

O MUNICÍPIO DE SOBRAL, por intermédio da Secretaria Municipal da Infraestrutura (SEINFRA), situada à Rua Viriato de Medeiros, nº 1250, Centro, Sobral/CE, inscrito no CNPJ sob o nº 07.598.634/0001-37, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Secretário Executivo, o Sr. SÁVIO CARNEIRO CAVALCANTE, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado no Município de Sobral, Estado do Ceará, e a empresa J.V. CONSULTORIAS LTDA, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº 50.130.064/0001-85, com sede na Rua Menino Deus, 626, Ponto Comercial 04, Centro, Sobral/CE, CEP nº 62010-310, celular: (88) 9 94931537 e (88) 9 94931537, E-mail: mwladyanne@gmail.com, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Jorge Luis Sousa de Vasconcelos, brasileiro, empresário, portador do RG nº ****03103****, e do CPF nº ***.116.613-**, residente e domiciliado em Sobral/CE; têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº PE26001 - SEINFRA, e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº PE26001 - SEINFRA, e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA e eventuais anexos dos respectivos documentos, os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Constitui objeto deste contrato a aquisição de materiais para conservar e revitalizar vias, praças, parques, alamedas, calçadas e logradouros públicos do Município de Sobral/CE (sede e distritos), considerando os valores da tabela SEINFRA 028 (Sem Desoneração), conforme consta nos autos do Processo nº P374914/2025.

3.2. É parte integrante deste contrato, para todos os fins de direito, o Anexo A - Termo de Referência.

3.2. Do (s) LOTE(S) contratado(s): Anexo I deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município (DOM), sendo condição indispensável para sua eficácia e de seus aditamentos a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 94 da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação, conforme os artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.



CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO

5.1. A forma de fornecimento assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação, recebimento do objeto e demais condições constam no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor total da contratação é de R\$ 3.946.516,70 (três milhões, novecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e dezesseis reais e setenta centavos).

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do edital.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1. São obrigações do CONTRATANTE:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no



objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

10.1.5. Comunicar o CONTRATADO para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

10.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato;

10.1.7. Aplicar as sanções previstas na lei e no contrato, quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

10.1.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.8.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO.

10.2. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.3. São obrigações do CONTRATADO:

10.3.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.3.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

10.3.1.2. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.3.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.3.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.3.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF), o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda



Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.3.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.3.1.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.3.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

10.3.1.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato e desde que regulamentado, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação específicas.

10.3.1.11. Comprovar as reservas de cargos e vagas a que se referem o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

10.3.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.3.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

10.3.1.14. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, cuja quantidade e qualidade deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.3.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

10.3.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



12.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 do subitem acima deste contrato, bem como nos itens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. Multa de 0,5%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 3.737/2025, em caso de **atraso injustificado da entrega do objeto** contratual, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante.

12.2.4.2. Multa indenizatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de **recusa à assinatura do Contrato**, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

12.2.4.3. Multa de 0,5% a 3,0%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas Decreto Municipal nº 3.737/2025, quando:

a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do artigo 92, da Lei 14.133/2021;

b) permanecer inadimplente após a aplicação da advertência;

c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação de pagamento da despesa;

d) não devolver os valores pagos indevidamente pela Administração;

e) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

f) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

g) deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados pela Administração;

12.2.4.4. Multa de 1,5% a 5,0%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas Decreto Municipal nº 3.737/2025, quando **não entregar ou entregar objeto contratual em desacordo com a qualidade, especificações e condições licitadas ou contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto**, que torne o objeto impróprio para o fim a que se destina;

12.2.4.5. Multa de 7,0% (sete por cento), por dia e por ordem de serviço ou instrumento equivalente, de acordo com as regras dispostas Decreto Municipal nº 3.737/2025, quando **suspender ou interromper**, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, desde que expressamente aceitos pela Administração Pública, **os serviços contratuais**.

12.2.4.6. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a **10,0%** (dez por cento), por ocorrência, de acordo com as regras dispostas Decreto Municipal nº 3.737/2025, quando:



a) o infrator der causa, respectivamente, à **rescisão do contrato ou ao cancelamento da ata de registro de preços**;

b) **fornecer informação e/ou documento falso**;

12.2.4.7. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10,0% (dez por cento), a depender do caso concreto, a ser decidido no âmbito do processo administrativo de aplicação de penalidade, **quando não cumprir quaisquer dos itens não mencionados nesta seção**, em relação à fase de execução contratual.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.6.4. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

12.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder



Executivo Federal.

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.11. Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. Este contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos oriundos do Tesouro, de acordo com as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Função, subfunção, projeto atividade	Elemento de despesa	Fonte de recursos	
28.01	15.451.0043.1.428	3.3.90.30.00	1.500.0000.00	Tesouro
28.01	15.451.0043.1.428	4.4.90.30.00	1.500.0000.00	Tesouro
28.01	15.451.0008.1.422	3.3.90.30.00	1.500.0000.00	Tesouro
28.01	15.451.0008.1.422	4.4.90.30.00	1.500.0000.00	Tesouro
28.01	15.451.0007.2.360	3.3.90.30.00	1.500.0000.00	Tesouro
28.01	15.451.0007.2.360	4.4.90.30.00	1.500.0000.00	Tesouro
28.01	15.451.0043.2.501	3.3.90.30.00	1.500.0000.00	Tesouro



28.01	15.451.0043.2.501	4.4.90.30.00	1.500.0000.00	Tesouro
28.01	15.451.0043.2.503	3.3.90.30.00	1.500.0000.00	Tesouro

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

18.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

18.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos do fornecimento e/ou da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

18.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

18.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Aditivo, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

18.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Município de Sobral no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de



requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

18.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

18.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

18.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

18.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

18.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

18.7. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

18.7.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

18.7.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, fornecedores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

18.7.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

18.8. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:



- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

18.8.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas as partes, a terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

18.9. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a

rastreadabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

18.10. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

18.11. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

18.12 Cabe ao Controlador e/ou encarregado, designado mediante Portaria, comunicar, em prazo razoável, à autoridade nacional de proteção de dados e ao titular a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares nos termos do art. 48 da LGPD.

18.13. Em caso de responsabilização do Município por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Município nos termos da legislação.

18.13.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

18.14. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.



18.15. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

19.1. A execução contratual será acompanhada por servidor especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

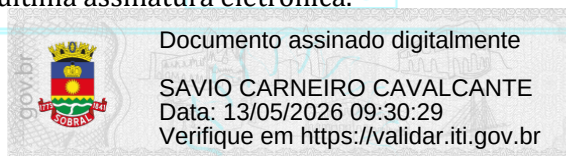
19.2. A FISCALIZAÇÃO será realizada por técnico designado especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, doravante denominado simplesmente de FISCAL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro do município de Sobral, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Sobral, data e hora da última assinatura eletrônica.

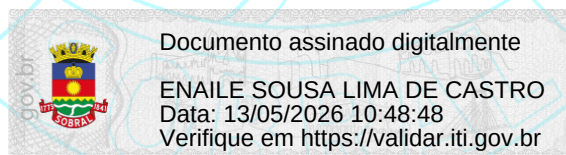


MUNICÍPIO DE SOBRAL
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
SÁVIO CARNEIRO CAVALCANTE
CONTRATANTE

Documento assinado digitalmente
gov.br **JORGE LUIS SOUSA DE VASCONCELOS**
Data: 13/05/2026 09:00:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

J.V. CONSULTORIAS LTDA
JORGE LUIS SOUSA DE VASCONCELOS
CONTRATADA

De acordo:



ENAILE SOUSA LIMA DE CASTRO
Coordenadora Jurídica SEINFRA
OAB/CE 51.093

TESTEMUNHAS:

- Documento assinado digitalmente
- gov.br** **YASMIN FERREIRA GOMES ALBUQUERQUE**
Data: 13/05/2026 10:58:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
 - Documento assinado digitalmente
gov.br **VIRNA RODRIGUES BEZERRA**
Data: 13/05/2026 11:00:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



PREFEITURA DE SOBRAL

ANEXO I

LOTE 01					
ITEM	UND	QTD	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1.1	M	1.200	TUBO PVC RÍGIDO OCRE JE DN 150 (NBR-7362)	R\$ 29,86	R\$ 35.832,00
1.2	M	400	TUBO PVC RÍGIDO OCRE JE DN 100 (NBR-7362)	R\$ 14,02	R\$ 5.608,00
1.3	UN	100	SELIM 90 ELÁSTICO OCRE DN 150 x 100	R\$ 48,07	R\$ 4.807,00
1.4	UN	80	CURVA 90 OCRE PB - JE DN 100	R\$ 150,33	R\$ 12.026,40
1.5	UN	20	CURVA 45 OCRE PB - JE DN 100	R\$ 182,63	R\$ 3.652,60
1.6	M	1.500	TUBO PVC ESGOTO DE 100MM (4) - (NBR 5688).CFE EDITAL.	R\$ 15,82	R\$ 23.730,00
1.7	M	200	TUBO PVC ESGOTO DE 40MM (1 1/2) - (NBR 5688).CFE EDITAL.	R\$ 6,91	R\$ 1.382,00
1.8	M	200	TUBO PVC ESGOTO DE 50MM (2) - (NBR 5688).CFE EDITAL.	R\$ 10,75	R\$ 2.150,00
1.9	UN	120	JOELHO PVC PARA ESGOTO DE 100MM	R\$ 8,82	R\$ 1.058,40
1.10	UN	40	JOELHO PVC PARA ESGOTO DE 50MM	R\$ 3,26	R\$ 130,40
1.11	UN	40	JOELHO PVC PARA ESGOTO DE 40MM	R\$ 2,36	R\$ 94,40
1.12	M	320	TUBO PVC SOLDÁVEL DE 25MM (3/4).CFE EDITAL.	R\$ 4,33	R\$ 1.385,60
1.13	UN	40	UNIÃO DE PVC SOLDÁVEL DE 25MM	R\$ 8,73	R\$ 349,20
1.14	UN	100	ADESIVO 90ML	R\$ 7,00	R\$ 700,00
1.15	UN	100	LÂMINA DE SERRA PARA PVC	R\$ 9,71	R\$ 971,00
1.16	L	150	INIBIDOR DE CORROSÃO MIGRATÓRIO MCI2020	R\$ 39,37	R\$ 5.905,50
1.17	UN	800	PÁ DE BICO	R\$ 34,77	R\$ 27.816,00
1.18	UN	200	CARRINHO DE MÃO	R\$ 271,21	R\$ 54.242,00



PREFEITURA DE SOBRAL

1.19	UN	400	DISCO DE CORTE 1/8 DE 7.CFE EDITAL.	R\$ 6,20	R\$ 2.480,00
1.20	M	3.000	FIO ISOLADO EM PVC 2.50MM2 - 750V	R\$ 1,74	R\$ 5.220,00
1.21	UN	150	FITA ISOLANTE COMUM N.º 33	R\$ 10,22	R\$ 1.533,00
1.22	M	400	CABO CORDPLAST (CABO PP) 3 x 2,50 mm²	R\$ 5,04	R\$ 2.016,00
1.23	UN	60	FITA ISOLANTE DE AUTOFUSÃO N.º 23	R\$ 6,70	R\$ 402,00
1.24	M	400	TUBO CORRUGADO DUPLA PAREDE PEAD D=75,0cm	R\$ 768,98	R\$ 307.592,00
1.25	M	100	TUBO CORRUGADO DUPLA PAREDE PEAD D=105,0cm	R\$ 1.391,01	R\$ 139.101,00
1.26	M	600	TUBO CORRUGADO DUPLA PAREDE PEAD D=40,0cm	R\$ 212,20	R\$ 127.320,00
1.27	M	400	TUBO CORRUGADO DUPLA PAREDE PEAD D=60,0cm	R\$ 507,48	R\$ 202.992,00
1.28	M2	126	GRANITO POLIDO CINZA E=2cm	R\$ 271,68	R\$ 34.231,68
1.29	M2	63	GRANITO POLIDO OUTRAS CORES E=2cm	R\$ 347,14	R\$ 21.869,82
1.30	KG	40.000	ARGAMASSA COLANTE PRÉFABRICADA P/ CERÂMICAS E PORCELANATOS	R\$ 2,42	R\$ 96.800,00
1.31	KG	700	ARAME GALVANIZADO N.16 BWG	R\$ 21,73	R\$ 15.211,00
1.32	KG	700	ARAME RECOZIDO N.18 BWG	R\$ 16,53	R\$ 11.571,00
1.33	UN	100	LUMINÁRIA PENDENTE EM LED, FACHO DE LUZ FECHADO, 60, CORPO EM ALUMÍNIO E REFLETOR EM ALUMÍNIO ANODIZADO DE ALTO BRILHO, POTÊNCIA MÍNIMA 90W E MÁXIMA 100W - COMPLETA (CFE EDITAL).	R\$ 429,99	R\$ 42.999,00
1.34	M2	1.200	TELA DE AÇO SOLDÁVEL Q-92	R\$ 10,80	R\$ 12.960,00



PREFEITURA DE SOBRAL

1.35	KG	1.000	PREGO 18X27 (2.1/2 x 10) (APROXIMADAMENTE 198UN/KG).CFE EDITAL.	R\$ 14,20	R\$ 14.200,00
1.36	M2	300	CERÂMICA ESMALTADA DIMENSÕES ATÉ 10x10cm (100 cm ²) - DECORATIVA	R\$ 42,52	R\$ 12.756,00
1.37	M2	400	CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA DIMENSÕES ATÉ 30x30cm (900 cm ²) - PEI-5/PEI-4	R\$ 25,95	R\$ 10.380,00
1.38	M2	400	CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA DIMENSÕES MAIORES DE 30x30cm (900 cm ²) - PEI-5/PEI-4	R\$ 52,89	R\$ 21.156,00
1.39	M2	200	PISO TÁTIL ALERTA OU DIRECIONAL EM PMC (CONCRETO) ESP.	R\$ 67,38	R\$ 13.476,00
1.40	M2	200	PORCELANATO RETIFICADO NATURAL (FOSCO ESMALTADO)	R\$ 82,37	R\$ 16.474,00
1.41	KG	520	ARGAMASSA PRÉ-FABRICADA PARA REJUNTAMENTO	R\$ 6,57	R\$ 3.416,40
1.42	M2	500	MANTA ASFÁLTICA AUTOADESIVA	R\$ 31,90	R\$ 15.950,00
1.43	KG	162,5	PRIMER PARA MANTA FK	R\$ 16,00	R\$ 2.600,00
1.44	M2	500	GEOTÊXTIL NÃO-TECIDO 100 POLIÉSTER COM RESISTÊNCIA A TRAÇÃO LONGITUDINAL MÍNIMA DE 26 kN/m (BIDIM RT-26 OU SIMILAR)	R\$ 24,58	R\$ 12.290,00
1.45	M	600	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO 1.CFE EDITAL.	R\$ 7,14	R\$ 4.284,00
1.46	M	5.000	ELETRODUTO FLEXIVEL TIPO GARGANTA. CFE EDITAL.	R\$ 2,22	R\$ 11.100,00
TOTAL R\$ 1.344.221,40					



PREFEITURA DE SOBRAL

LOTE 02					
ITEM	UND	QTD	Descrição	Valor Unitário Ofertado	Valor Total Licitado
2.1	M	60	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, DN=1200MM (NBR 8890:2018)	R\$ 625,93	R\$ 37.555,80
2.2	M	150	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, DN=1000MM (NBR 8890:2018)	R\$ 419,09	R\$ 62.863,50
2.3	M	160	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, DN= 600MM (NBR 8890:2018)	R\$ 214,97	R\$ 34.395,20
2.4	M	160	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, DN= 800MM (NBR 8890:2018)	R\$ 357,68	R\$ 57.228,80
2.5	M	120	TUBO CONCRETO SIMPLES, CLASSE PS-1, DN=400MM (NBR 8890:2018)	R\$ 69,73	R\$ 8.367,60
2.6	M	60	TUBO CONCRETO SIMPLES, CLASSE PS-1, DN=300MM (NBR 8890:2018)	R\$ 49,95	R\$ 2.997,00
2.7	M	100	TUBO CONCRETO SIMPLES POROSO D=20cm	R\$ 37,30	R\$ 3.730,00
2.8	UND	20	ANEL PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO, D = 1,50M, H = 0,50M	R\$ 186,65	R\$ 3.733,00
2.9	UND	200	ANEL PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO, D = 0,60M (LIGA. PREDIAL)	R\$ 48,71	R\$ 9.742,00
2.10	UND	30	ANEL PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO, D = 2,00M, H = 0,50M	R\$ 375,28	R\$ 11.258,40
2.11	UND	30	ANEL PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO, D = 2,50M, H = 0,50M	R\$ 521,31	R\$ 15.639,30
2.12	UND	30	ANEL PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO, D = 3,00M, H = 0,50M	R\$ 671,09	R\$ 20.132,70



PREFEITURA DE SOBRAL

2.13	UND	20	ANEL PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO, D = 3,50M, H = 0,50M	R\$ 659,56	R\$ 13.191,20
2.14	UND	40	TAMPA PRÉ-MOLDADA D=4,24m h=12cm	R\$ 2.736,90	R\$ 109.476,00
2.15	UND	800	TAMPA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO, D = 0,70X0,05M	R\$ 45,16	R\$ 36.128,00
2.16	UND	600	TAMPA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO, D = 0.60X0,05M	R\$ 41,63	R\$ 24.978,00
2.17	UND	400	TAMPA PRE-MOLDADE DE CONCRETO, D = 0,50X0,05M	R\$ 39,35	R\$ 15.740,00
2.18	M2	4.000	PISO PRÉ-MOLDADO ARTICULADO E INTERTRAVADO DE 16 FACES - e = 8,0 cm (35 MPa) P/ TRÁFEGO PESADO	R\$ 49,91	R\$ 199.640,00
2.19	M2	1.260	PISO PRÉ-MOLDADO ARTICULADO, INTERTRAVADO, SEXTAVADO E COM CUNHAS MACHO E FÊMEA NAS FACES LATERAIS e=8,0cm (fck=35Mpa) P/ TRÁFEGO PESADO	R\$ 51,68	R\$ 65.116,80
2.20	UND	30.600	TIJOLINHO (20 X 10 X 4CM), COLORIDO	R\$ 0,87	R\$ 26.622,00
2.21	UND	204.000	TIJOLINHO (20 X 10 X 4CM), COR NATURAL	R\$ 0,71	R\$ 144.840,00
2.22	M	8.000	MEIO FIO PRÉ-MOLDADO DIM.=(0,07x0,30x1,00) m	R\$ 15,87	R\$ 126.960,00
					TOTAL R\$ 1.030.335,30

LOTE 03



PREFEITURA DE SOBRAL

ITEM	UND	QTD	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
3.1	KG	200.000	CIMENTO PORTLAND	R\$ 0,71	R\$ 142.000,00
3.2	U	100.000	TIJOLO CERÂMICO FURADO 9X19X19CM	R\$ 0,53	R\$ 53.000,00
3.3	M2	1.000	PISO PEDRA CARIRI E=2CM	R\$ 33,80	R\$ 33.800,00
3.4	M3	8.000	PEDRA DE MÃO (RACHÃO)	R\$ 113,27	R\$ 906.160,00
					TOTAL R\$ 1.134.960,00

LOTE 04					
ITEM	UND	QTD	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
4.1	KG	10.000	AÇO CA-50/60	R\$ 7,80	R\$ 78.000,00
					TOTAL R\$ 78.000,00

LOTE 05					
ITEM	UND	QTD	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
5.1	L	1.000	ESMALTE SINTÉTICO	R\$ 31,62	R\$ 31.620,00
5.2	L	45	LIQUÍBRILHO INCOLOR	R\$ 21,20	R\$ 954,00
5.3	KG	3.000	MASSA CORRIDA A BASE DE OLEO	R\$ 7,19	R\$ 21.570,00
5.4	KG	3.000	MASSA CORRIDA A BASE DE PVA	R\$ 2,10	R\$ 6.300,00
5.5	L	400	RESINA ACRÍLICA	R\$ 20,02	R\$ 8.008,00
5.6	L	400	SELADOR ACRÍLICO	R\$ 7,08	R\$ 2.832,00
5.7	L	150	SILICONE - HIDRAFUGANTE	R\$ 30,87	R\$ 4.630,50
5.8	L	750	SOLVENTE	R\$ 16,03	R\$ 12.022,50
5.9	L	300	SOLVENTE P/RESINA POLIURETANA	R\$ 24,86	R\$ 7.458,00
5.10	KG	5.000	SUPERCAL	R\$ 1,46	R\$ 7.300,00



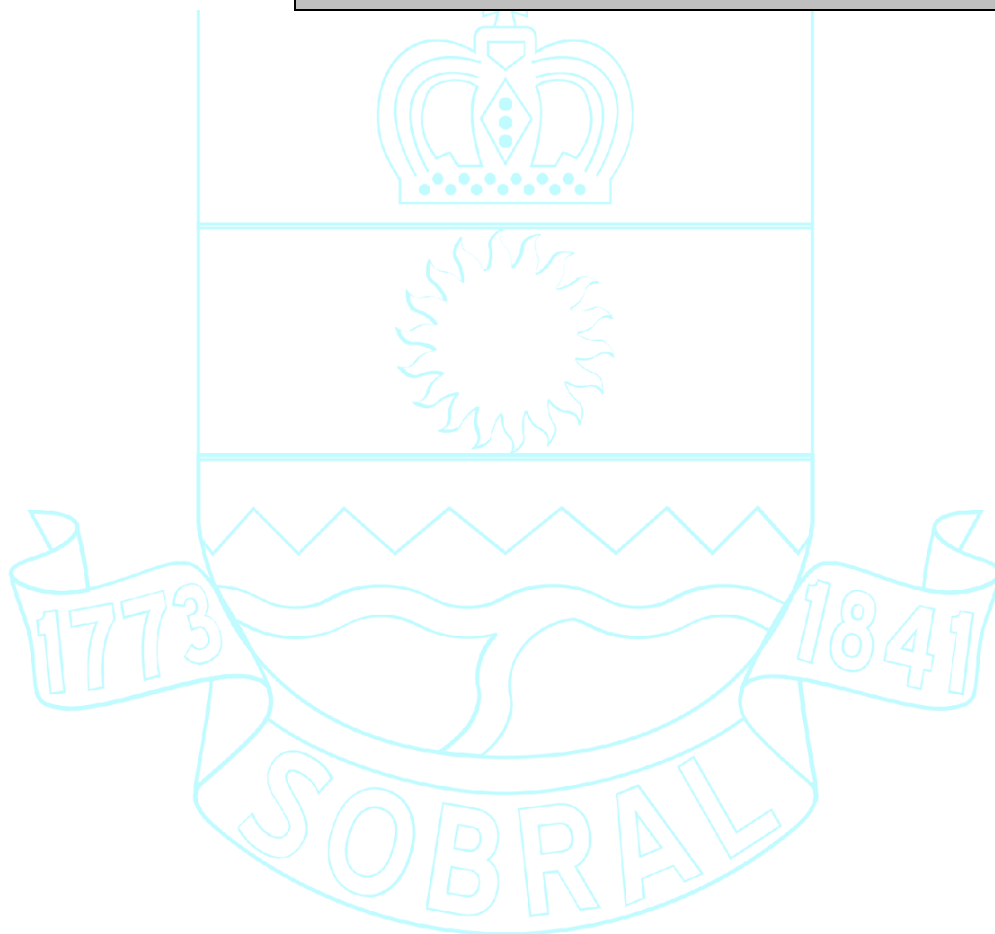
PREFEITURA DE SOBRAL

5.11	KG	1.800	TEXTURA ACRÍLICA	R\$ 4,43	R\$ 7.974,00
5.12	L	75	TINTA A BASE DE EMULSÃO ACRÍLICA (PARA PISOS)	R\$ 12,12	R\$ 909,00
5.13	L	450	TINTA ACRÍLICA C/QUARTZO P/PISO	R\$ 11,57	R\$ 5.206,50
5.14	L	450	TINTA ANTI-CORROSIVA	R\$ 32,94	R\$ 14.823,00
5.15	L	750	TINTA EPOXI PARA ACABAMENTO	R\$ 63,00	R\$ 47.250,00
5.16	L	1.000	TINTA ESMALTE SINTÉTICO	R\$ 31,54	R\$ 31.540,00
5.17	L	400	TINTA GRAFITE	R\$ 33,77	R\$ 13.508,00
5.18	L	2.000	TINTA LATEX	R\$ 18,06	R\$ 36.120,00
5.19	L	1.500	TINTA LATEX ACRÍLICA	R\$ 22,02	R\$ 33.030,00
5.20	L	750	TINTA ÓLEO	R\$ 19,61	R\$ 14.707,50
5.21	L	450	VERNIZ ACRÍLICO PARA CONCRETO	R\$ 20,90	R\$ 9.405,00
5.22	L	1.125	VERNIZ SINTÉTICO	R\$ 32,82	R\$ 36.922,50
5.23	UND.	400	LIXA PARA FERRO	R\$ 2,12	R\$ 848,00
5.24	UND.	1.200	LIXA PARA MADEIRA/MASSA	R\$ 0,69	R\$ 828,00
5.25	UND.	250	PINCEL PARA METAIS, COM CABO CURTO, NA COR AMARELO, CERDAS NA COR PRETA, FORMATO BÁSICO, IDEAL PA METAIS, MATERIAL DO CABO; PLÁSTICO, TAMANHO EM POLEGADAS; 1, PODENDO SER UTILIZADO EM TINTA ESMALTE E TINTA A ÓLEO, COM VIROLA ESTANHADA.CFE EDITAL.	R\$ 3,67	R\$ 917,50
5.26	UND.	250	PINCEL PARA METAIS, COM CABO CURTO, NA COR AMARELO, CERDAS NA COR PRETA, FORMATO BÁSICO, IDEAL PARA METAIS, MATERIAL DO CABO; PLÁSTICO, TAMANHO EM POLEGADAS;1.1/2, PODENDO SER UTILIZADO EM TINTA ESMALTE E TINTA A ÓLEO, COM VIROLA ESTANHADA.CFE EDITAL.	R\$ 5,44	R\$ 1.360,00



PREFEITURA DE SOBRAL

5.27	UND.	250	PINCEL PARA METAIS, COM CABO CURTO, NA COR AMARELO, CERDAS NA COR PRETA, FORMATO BÁSICO, IDEAL PA METAIS, MATERIAL DO CABO; PLÁSTICO, TAMANHO EM POLEGADAS; 1/2, PODENDO SER UTILIZADO EM TINTA ESMALTE E TINTA A ÓLEO, COM VIROLA ESTANHADA.CFE EDITAL.	R\$ 2,22	R\$ 555,00
5.28	UND.	100	TRINCHA 2.CFE EDITAL.	R\$ 4,01	R\$ 401,00
					TOTAL R\$ 359.000,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 3.946.516,70					



ANEXO ÚNICO - PORTARIA Nº 118/2026 - SME		
CÓDIGO	NOME DO(A) SERVIDOR(A)	DATA DA ALTERAÇÃO
47726	FRANCISCA JAVANIRA MOREIRA SILVA	01/05/2026
44900	FRANCISCA LIDIANE ARAÚJO DE SOUZA	01/05/2026
47789	RENATA VASCONCELOS DUTRA	01/05/2026
9424	FRANCISCO SÍLVIO PEREIRA DUARTE	06/05/2026
1239	ANTONIA MARIA FELIX	11/05/2026
47699	ANA PAULA SILVA DA COSTA	13/05/2026
17085	MARIA LUCINA PEREIRA PEDROSA	27/05/2026

PORTARIA Nº 119/2026 - SME - CANCELA A GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE DOCENTE AOS PROFESSORES DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE SOBRAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 68, Inciso II da Lei Orgânica do Município e, c/c o art. 24 da Lei Municipal nº 1607 de 02 de fevereiro de 2017, CONSIDERANDO a prescrição normativa, do art. 6º da Lei nº 1454 de 17 de março de 2015, RESOLVE: Art. 1º Cancelar a gratificação por atividade docente de 13,3% sobre o vencimento base do servidor MARCOS ANTONIO MELO DE VASCONCELOS, matrícula 47757, que não se encontra em pleno exercício em sala de aula e que não participa integralmente das atividades de suporte pedagógico, integrante e do Magistério, constantes na folha de pagamento da Secretaria da Educação. Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir desta data, com exclusão na folha de pagamento a partir de 07 de maio de 2026, revogadas as disposições em contrário. Sobral, 13 de maio de 2026. CYNIRA KEZIA RODRIGUES PONTE SAMPAIO - Secretária Municipal da Educação.

EDITAL Nº 004/2025 - SME - VIGÉSIMO TERCEIRO TERMO DE CONVOCAÇÃO - A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Edital nº 004/2025 - SME, que tem como objeto o “PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA FORMAR UM CADASTRO DE PROFISSIONAIS (AUXILIAR DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS), VISANDO CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS PARA ATENDER AS ESCOLAS E DEMAIS UNIDADES LIGADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO (SME)”, bem como o disposto no RESULTADO FINAL do referido processo seletivo, publicado no Diário Oficial do Município nº 2084 de 16 de junho de 2025, nº 2091 de 26 de junho de 2025 e nº 2114 de 29 de julho de 2025, RESOLVE: Art. 1º. Convocar os candidatos aprovados na Seleção Pública Simplificada, regulada pelo Edital nº 004/2025 - SME, segundo a ordem de classificação dos candidatos dispostos no ANEXO I deste termo, para que possa se apresentar para realizar a devida LOTAÇÃO no dia 14 de maio de 2026 (quinta-feira), às 10h da manhã, na Prefeitura Municipal de Sobral - Secretaria da Educação (2º andar), localizada à Rua Viriato de Medeiros, 1250 - Centro, Sobral/CE. Art. 2º. Após a lotação, os candidatos deverão se apresentar à respectiva unidade de ensino a qual foi lotado, munidos de carta de apresentação, expedida pela Coordenadoria de Gestão e Valorização de Pessoas (COGEV/SME), bem como os documentos dispostos no ANEXO II, III e IV deste ato, todos devidamente preenchidos e acompanhados da documentação abaixo relacionada (original e cópia): a) Declaração de não acumulação ilícita de cargos, empregos e funções públicas (ANEXO II) com assinatura digital a partir da conta gov.br ou firma reconhecida em cartório; b) Declaração de bens (ANEXO III) com assinatura digital a partir da conta gov.br ou firma reconhecida em cartório; c) Declaração de Ficha Limpa (ANEXO IV); d) Declaração negativa de antecedentes criminais ESTADUAL emitida no site <https://www.sspds.ce.gov.br/atestado-de-antecedentes-criminais/>; e) Declaração negativa de antecedentes criminais FEDERAL emitida no site <https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/>; f) Número de conta corrente no Banco Santander (caso não possua conta, providenciar a abertura junto ao banco, conforme dia estipulado pela Coordenadoria de Gestão e Valorização de Pessoas - COGEV/SME. A carta para apresentação junto ao banco, será entregue pela COGEV após a lotação; g) RG; h) CPF; i) Comprovante de residência atualizado; j) CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social); k) PIS/PASEP; l) Título de Eleitor; m) Carteira de Reservista (sexo masculino); n) Certificado de Escolaridade; o) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO); p) Cópia do comprovante da ficha de pré-cadastro realizado. O preenchimento deve ser realizado pelo candidato, no site <http://precadastorh.sobral.ce.gov.br/> Art. 3º. Posterior a entrega dos documentos e exames à unidade de ensino a qual o candidato foi lotado, a COGEV/SME irá analisar a documentação e adotar as providências para a contratação do candidato aprovado na seleção pública em epígrafe. Registre-se, publique-se e cumpra-se. Sobral (CE), data da assinatura digital. CYNIRA KEZIA RODRIGUES PONTE SAMPAIO - Secretária Municipal da Educação.

ANEXO I				
POLO	CLASSIFICAÇÃO	TIPO	INSCRIÇÃO	NOME
POLO 05	37	AMPLA	265779	JAVNARA RODRIGUES LIMA
POLO 05	38	AMPLA	266111	MAYARA GOMES OLIVEIRA
POLO 12	6	AMPLA	265729	FÁMILES DO NASCIMENTO VERAS
POLO 15	83	AMPLA	266742	ANA KLIVIA DOURADO CARLOS SANTOS
POLO 16	143	AMPLA	263187	VALNEIANE A SILVA MOUTA

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO ILÍCITA DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS	
Eu, _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e no RG nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, nomeado/contratado para o cargo de _____, na Prefeitura Municipal de Sobral, DECLARO para os devidos fins junto ao Município de Sobral, que:	
() Não exero outro cargo, emprego ou função pública no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, Direta ou Indireta, conforme estabelecido pelo Art. 37, inciso XVI e XVII da CF/88 e suas normatizações, tendo assim, disponibilidade para licitamente exercer o cargo/função acima citada.	
() Exero outro cargo, emprego ou função pública no âmbito da Administração Pública () Federal, () Estadual ou () Municipal, Direta ou Indireta, como () titular(a) no _____, com carga horária semanal de _____ horas, das _____ horas às _____ horas, passível assim, de acumulação lícita, por estar em conformidade com o estabelecido pelo Art. 37, inciso XVI e XVII da CF/88 e suas normatizações.	
Art. 37. XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) - de dois cargos de professor; b) - de um cargo de professor com outro técnico ou científico; c) - de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder.	
Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas acima relacionadas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilícita, durante o exercício da função para a qual seerei contratado.	
Sobral, _____ de _____ de 2026.	
Assinatura do Declarante	

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE BENS	
Eu, _____, RG: _____, residente e domiciliado à Rua _____, declaro que até a data presente:	
() Não possuo bens a declarar;	
() Posso os seguintes bens móveis, imóveis e semovíveis:	
Descrição do bem	Valor
1. _____	_____
2. _____	_____
3. _____	_____
4. _____	_____
5. _____	_____
6. _____	_____
7. _____	_____
8. _____	_____
9. _____	_____
10. _____	_____
Sobral, _____ de _____ de 2026.	
Assinatura do Declarante	

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE FICHA LIMPA	
LEI MUNICIPAL Nº 1.104/2011, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011 C/C LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 135/2010	
"Esta Lei, cogenominada de "Lei da Ficha Limpa Municipal", estabelece critérios para o provimento de cargos de comissão e funções gratificadas, bem como para a contratação de fornecedores, que visam proteger a probidade e a moralidade na administração pública no Município de Sobral."	
Art. 2º - Fica vedada a nomeação para cargos em comissão ou função gratificada, no âmbito dos órgãos do Poder Executivo e Legislativo do Município de Sobral, de cidadãos enquadrados nas seguintes hipóteses:	
I - os que tenham contra si julgada precedente representação formulada perante a Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;	
II - os condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes descritos nas alíneas "a" a "j" do inciso II;	
III - os declarados indignos do ofício, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 8 (oito) anos;	
IV - os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;	
V - os condenados, em decisão transitada em julgado por corrupção eleitoral, captação ilícita de sufrágio, doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;	
VI - os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;	
VII - os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso;	
VIII - os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado;	
IX - os servidores aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, os que perderam o cargo por sentença ou pediram exoneração ou aposentadoria na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos.	
Art. 6º - O nomeado ou designado para cargo em comissão ou função gratificada, antes da investidura, deverá declarar, por escrito, sob as penas da lei, que não se encontra inserido nas vedações desta Lei, e comprometer-se a comunicar imediatamente qualquer fato superveniente que venha a configurar impedimento.	
Eu, _____, CPF nº _____, RG nº _____, DECLARO, sob as penas da lei, que não incido em nenhuma das hipóteses de vedação previstas no Art. 2º da Lei Municipal nº 1.104/2011 e que tenho ciência do disposto em seu art. 6º, comprometendo-me a informar qualquer fato superveniente impeditivo ao exercício do cargo ou função pública, bem como a me abster de assumir ou permanecer no cargo caso venha a me enquadrar em tais vedações.	
Declaro, ainda, que não incorro nas causas de inelegibilidade previstas na Lei Complementar Federal nº 135/2010, c/c LC nº 64/1990, que trata da moralidade para o exercício da função pública.	
Sobral/CE, _____ de _____ de _____.	
(Nome do(a) declarante) Assinatura	

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2026 - SEINFRA. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Sobral, por intermédio da Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA. CONTRATADO(A): J.V. CONSULTORIAS LTDA, CNPJ sob o nº 50.130.064/0001-85. DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente contrato tem como fundamento o edital da PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE26001 - SEINFRA, e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto. DO OBJETO: O objeto do presente instrumento é a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSERVAR E REVITALIZAR VIAS, PRAÇAS, PARQUES, ALAMEDAS, CALÇADAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SOBRAL/CE (sede e distritos), considerando os valores da tabela SEINFRA 028 (Sem Desoneração), conforme consta nos autos do Processo nº P374914/2025. DO PREÇO: O valor total da contratação é de R\$ 3.946.516,70 (três milhões, novecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e dezesseis reais e setenta centavos). DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 28.01. 15.451.0043.1.428. 3.3.90.30.00. 1.500.0000.00; 28.01. 15.451.0043.1.428. 4.4.90.30.00. 1.500.0000.00; 28.01. 15.451.0008.1.422. 3.3.90.30.00. 1.500.0000.00; 28.01.

15.451.0008.1.422. 4.4.90.30.00. 1.500.0000.00; 28.01. 15.451. 0007.2.360. 3.3.90.30.00. 1.500.0000.00; 28.01. 15.451. 0007.2.360. 4.4.90.30.00. 1.500.0000.00; 28.01. 15.451. 0043.2.501. 3.3.90.30.00. 1.500.0000.00; 28.01. 15.451. 0043.2.501. 4.4.90.30.00. 1.500.0000.00; 28.01. 15.451. 0043.2.503. 3.3.90.30.00. 1.500.0000.00. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO: O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município (DOM), sendo condição indispensável para sua eficácia e de seus aditamentos a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 94 da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação, conforme os artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO. DATA DA ASSINATURA: 13 de maio de 2026. SIGNATÁRIOS: REPRESENTANTE DA CONTRATANTE: Sávio Carneiro Cavalcante. REPRESENTANTE DA CONTRATADA: Jorge Luis Sousa de Vasconcelos. VISTO: Enaile Sousa Lima de Castro - COORDENADORA JURÍDICA DA SEINFRA.

SECRETARIA DA JUVENTUDE E CULTURA

RESULTADO FINAL AVALIAÇÃO TÉCNICA E PRÁTICA DA SELEÇÃO PÚBLICA PARA O PROGRAMA “BOLSA-MÚSICO” - BANDA DE MÚSICA MAESTRO JOSÉ PEDRO. A Comissão Especial de Seleção, constituída conforme Portaria nº 07/2026 - SEJUC, em conjunto com a Comissão de Avaliação Técnica, instituída pela Portaria nº 12/2026 - SEJUC, no âmbito da SELEÇÃO PÚBLICA PARA O PROGRAMA “BOLSA-MÚSICO” - BANDA DE MÚSICA MAESTRO JOSÉ PEDRO, reuniu-se para apreciação dos recursos administrativos interpostos na fase recursal do certame, bem como para análise final dos procedimentos e resultados relativos ao processo seletivo. O processo seletivo tem por finalidade, a concessão de 22 (vinte e duas) bolsas do Projeto Bolsa-Músico de Sobral referente ao ano de 2026 será regido por este edital. Os documentos de avaliação foram submetidos pelos interessados na plataforma on-line do Mapa Cultural de Sobral, gratuitamente pelo link <https://mapacultural.secult. ce.gov.br/oportunidade/7695/>. Após análise documental, avaliação técnica e prática, bem como apreciação dos recursos interpostos, a Comissão Especial de Seleção constatou a regularidade dos atos praticados e a conformidade dos candidatos com as exigências previstas no Edital, homologando, assim, o RESULTADO FINAL da Seleção Pública para o Programa “Bolsa-Músico” - Banda de Música Maestro José Pedro. No período recursal, foram apresentados recursos administrativos pelos proponentes Ana Livia Alves de Sousa (ON-132476541), Antônio Lucas Evangelista de Moraes Silva (ON-333954812) e Marcantônio do Nascimento Nobre (ON-1725091966), os quais foram devidamente apreciados pela Comissão Especial de Seleção e pela Coordenação Jurídica competente, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia e vinculação ao instrumento convocatório. Dessa forma, ficam definidos os candidatos SELECIONADOS e integrantes do CADASTRO DE RESERVA, conforme relação abaixo. Sem mais para o momento, fica encerrada a reunião. Sobral/CE, data da assinatura eletrônica. Comissão de Avaliação Técnica Portaria 12/2026: Alisson Kyldare Aguiar Lima - Matrícula: 30142 (Presidente) - João Paulo Regino Tabosa - Matrícula: 49333 (Membro) - Thomaz Andrey Aguiar Lima - Matrícula: 50566 (Membro). COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO PORTARIA 07/2026: Samylle Maria da Silva Veloso - Matrícula: 48816 (Membro) - Elciane Cristina Mendes Rodrigues - Matrícula: 49288 (Membro). Igor José Araújo Bezerra - Secretário da Juventude e Cultura de Sobral.

Nº	NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO(A) PROPONENTE CLASSIFICADO(A)	CATEGORIA/INSTRUMENTO SOLICITADO	Nº VAGAS
1	ON-408469215 - AYLANE PAULA DA SILVA	FLAUTA TRANSVERSAL	2
2	ON-1277668971 - FRANCISCO CLEUSON NOBRE DE SOUSA		
3	ON-82306786 - ELIAS VERÍSSIMO DE SOUSA JÚNIOR	CLARINETAS	3
4	ON-711712181 - TEREZINHA THOMAZIA FERREIRA DA SILVA		
5	ON-1261482538 - FRANCISCO GUILHERME DA SILVA		
6	ON-484163980 - ICARO FONTENELE CARVALHO	SAX ALTO Eb	2
7	ON-951115608 - SILAS FERREIRA ROCHA		
8	ON-863542008 - JEFFERSON RIPARDO DE LIMA	SAX TENOR Eb	2
9	VAGA NÃO PREENCHIDA		
10	ON-1921418205 - RENE RODRIGUES PAIVA (PCD)	TROMPETE Eb	4
11	ON-677748401 - FRANCISCO ROBSON AIBES ARCANJO		
12	ON-20097690 - JOSÉ RAFAEL DE OLIVEIRA FARIAS		
13	ON-2002288672 - FRANCISCO DOUGLAS PEREIRA HOLANDA	TROMBONE DE VARA	3
14	ON-2096477921 - DANIEL HENRIQUE MANDU DUARTE		
15	ON-1499377909 - YVES AZEVEDO MELO		
16	ON-410228566 - ANTONIO MARCOS GONÇALVES FEIJÃO	TUBA	2
17	ON-1755117231 - ÁLVARO ANTÔNIO MONTEIRO DE ARAGÃO		
18	VAGA NÃO PREENCHIDA	CAIXA CLARA E BATERIA	1
19	ON-1922951101 - Robson Martins do Nascimento		
20	ON-1718130609 - LENILSON DE OLIVEIRA PEREIRA	BUMBO E PERCUSSÃO DE BANDAS DE MÚSICA	1
21	ON-367574151 - EDSON DE PAULA DO NASCIMENTO	PRATOS E PERCUSSÃO DE BANDAS DE MÚSICA	1
22	ON-193245584 - TIAGO VASCONCELOS PAIVA	MAESTRO DE BANDAS	1

CADASTRO DE RESERVA

Nº	NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO(A) PROPONENTE	CATEGORIA/INSTRUMENTO SOLICITADO
1	ON-333954812 - ANTÔNIO LUCAS EVANGELISTA DE MORAES SILVA	MAESTRO DE BANDAS DE MÚSICA
2	ON-2031608362 - FRANCISCO EVALNIZO DA SILVA	MAESTRO DE BANDAS DE MÚSICA
3	ON-1045102378 - FRANCISCO HIGO MENDES	MAESTRO DE BANDAS DE MÚSICA
4	ON-1895007130 - IUCAS ALVES DA COSTA	BUMBO E PERCUSSÃO DE BANDAS DE MÚSICA
5	ON-1725091966 - MARCANTÔNIO DO NASCIMENTO NOBRE	TROMPETE Eb
6	ON-1319620525 - LUCAS JEOVÁ BRITO FEITOSA	FLAUTA TRANSVERSAL

SECRETARIA DA SEGURANÇA CIDADÃ

PORTARIA Nº 004/2026 - SESEC - DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXERCEREM A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DO CONTRATO Nº 001/2026 - SESEC, QUE TEM COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO III. O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA CIDADÃ DO MUNICÍPIO DE SOBRAL, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 68, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Sobral, CONSIDERANDO o disposto nos artigos 104, inciso III, e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, que tratam da designação de servidores para gestão e fiscalização de contratos administrativos; CONSIDERANDO a CI nº 062/2026 - Coordenadoria Administrativa - SESEC, que solicita a designação de responsáveis pela gestão e fiscalização do Contrato nº 001/2026 - SESEC, cujo objeto é a aquisição de material de limpeza e produção de higienização III; CONSIDERANDO os princípios da legalidade, eficiência e controle administrativo, bem como a Recomendação nº 001/2022 - CGM, que orienta que as funções de gestor e fiscal sejam exercidas por servidores distintos; Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem as funções de GESTOR(A) e FISCAL do Contrato nº 001/2026 - SESEC, cujo objeto é a aquisição de material de limpeza e produção de higienização III. I - GESTOR: Viviane da Silva Sousa - Matrícula nº 29331; II - GESTOR SUPLENTE: Fagner Alves Rodrigues - Matrícula nº 0737; III - FISCAL: Francisco Sousa Farias Júnior - Matrícula nº 8164; IV - FISCAL SUPLENTE: Cezar Ney Costa Lima - Matrícula nº 0966. Art. 2º. Compete ao GESTOR(A) DO CONTRATO, dentre outras, as seguintes atribuições: planejar, coordenar e solicitar da CONTRATADA e seus prepostos, ou obter do CONTRATANTE, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução do objeto licitado e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem as solicitações de providências. Art. 3º. Compete ao FISCAL DO CONTRATO, dentre outros, as seguintes atribuições: I - Exigir fiel cumprimento do Contrato e seus ADITIVOS pela CONTRATADA; II - Solicitar o assessoramento técnico, caso necessário; III - Verificar e atestar as notas fiscais e encaminhá-las para aprovando-as para posterior pagamento; IV - Zelar pela fiel execução do objeto e pleno atendimento às especificações explícitas ou implícitas; V - Controlar a qualidade e